

# **Contratos Agrários Agroindustriais**

ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DOS CONTRATOS ATÍPICOS

**2017**

Francisco de Godoy Bueno

**CONTRATOS AGRÁRIOS AGROINDUSTRIAIS**  
**Análise à Luz da Teoria dos Contratos Atípicos**  
© Almedina, 2017

AUTOR: Francisco de Godoy Bueno  
DIAGRAMAÇÃO: Almedina  
DESIGN DE CAPA: FBA  
ISBN: 978-858-49-3260-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Bueno, Francisco de Godoy  
Contratos agrários agroindustriais : análise à luz  
da teoria dos contratos atípicos / Francisco de Godoy  
Bueno. -- São Paulo : Almedina, 2017.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-8493-260-3

1. Agronegócios - Brasil 2. Contratos agrários -  
Brasil 3. Contratos agrários - Leis e legislação -  
Brasil I. Título.

17-10112

CDU-349.42(81)

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Contratos agrários agroindustriais :  
Direito agrário 349.42(81)

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Novembro, 2017

EDITORA: Almedina Brasil  
Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil  
editora@almedina.com.br  
www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – Elementos do Direito Agrário Moderno	25
1.1. A Agrariedade como elemento qualificador do Direito Agrário	25
1.2. A empresa agrária como elemento central do Direito Agrário	28
1.1.1. A empresa agrária no direito brasileiro	34
1.1.2. A superação do conceito de empresa rural estabelecido no Estatuto da Terra	36
1.2. O sistema Agroindustrial como resultado da organização do Direito Agrário	41
1.3. O direito agrário e o direito do agronegócio proposto no PL 1.572/2011 (Novo Código Comercial)	43
CAPÍTULO 2 – Contratos Agrários e Contratos Agroindustriais: Delineamentos Jurídicos	47
2.1. Os contratos agrários: uma categoria à luz da agrariedade	47
2.2. Os contratos agrários agroindustriais: delineamentos gerais	56
2.3. Os contratos agroindustriais no contexto internacional	63
2.3. Os contratos agroindustriais no Brasil e a Lei nº 13.288/2016	72
CAPÍTULO 3 – Teoria Geral dos Contratos Atípicos e sua Aplicação aos Contratos Agroindustriais	75
3.1. A fonte do regulamento contratual como elemento para a definição da atipicidade contratual	75

3.2. A unicidade de causa como elemento aglutinador dos contratos atípicos	79
3.3. A importância da função social do contrato para determinar o regulamento contratual	85
3.4. O interesse relevante (causa) dos contratos agroindustriais no âmbito do SAG	97
3.5. A função alocativa dos contratos e os contratos agroindustriais	109
3.6. Os contratos agroindustriais à luz da categoria dos contratos relacionais	113
 CAPÍTULO 4 – Os Contratos Agroindustriais e sua Relação com os Contratos Típicos	119
4.1. A influência do regulamento típico sobre os contratos mistos e a especificidade dos contratos agroindustriais	119
4.2. Os elementos típicos e o regulamento contratual dos contratos agroindustriais	130
4.3. Os contratos agroindustriais e os contratos agrários <i>strictu sensu</i> : parceria e arrendamento rural	134
4.4. A função agrária das cláusulas obrigatórias do Estatuto da Terra e sua influência sob o regulamento dos contratos agrários	144
4.5. Os contratos agroindustriais e a categoria dos contratos assimétricos	151
4.6. A integração vertical e o controle antitruste dos contratos associativos	154
 CAPÍTULO 5 – Contratos Agroindustriais de Integração Vertical: Análise das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 13.288/2016 à Luz dos Elementos do Direito Agrário Atual	163
5.1. O conteúdo mínimo dos contratos agroindustriais	163
5.3. O Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC) e o Relatório de de Informações de Produção Integrada (RIPI)	171
5.4. As CADECs e os FONIAGROS: controle corporativo dos contratos de integração vertical	175

5.5. A solução de controvérsias entre integradores e integrados	178
5.6. A responsabilidade do integrador pelas infrações ambientais de descumprimento da função social da propriedade pelo integrado	185
5.7. A responsabilidade do integrador pelo cumprimento da legislação trabalhista e a problemática da terceirização	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS	203
ÍNDICE	211